

## **Que a OEA nos salve!**

*Carlos Honorato, janeiro de 2017.*

Que, de uma forma geral, os diferentes legislativos brasileiros são um saco de gatos pardos, cada vez mais pardos, isso não é novidade. Que, de alguma forma, os diferentes Executivos brasileiros são o paraíso da incompetência e lugar perfeito para desfrutar das amizades empresariais, isso se sabe desde sempre. O que não havia sido escancarado de uma forma debochada, tal como fizeram e faz Legislativo e Executivo, era o Judiciário. Evidente que sendo eles formados por homens e mulheres com sangue tupiniquim, alguma coisa dentro dos limites e dos muros do Judiciário tinha que ser podre. O caso da boate Kiss, que se arrasta há quatro anos sem nenhuma decisão mostra, com evidência luminosa, um dos lados podres dos nossos “nobres” juízes, procuradores, ... (os tais “operadores da justiça”, como gostam de ser chamados!).

Diante da absoluta inoperância do sistema judicial nacional, o Instituto Juntos – Justiça, Cidadania e Políticas Públicas, vai protocolar ainda em janeiro uma ação pedindo a responsabilização do Estado brasileiro pelas 242 mortes. A petição será encaminhada à Comissão Internacional dos Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA). Duas coisas podem ser depreendidas deste fato. São elas: o inevitável desprestígio do sistema judicial brasileiro; e a confirmação que o juiz Moro possui um comportamento bem diferente da média. O mundo saberá, em breve, o que as pessoas daqui já sabem há bastante tempo: as respeitáveis instituições judiciárias não são tão respeitáveis assim e os resultados dos processos, em todas as esferas, são fortemente influenciados pelas “amizades” e, pior de tudo, são acobertadas pelo forte corporativismo dos nobres “operadores da justiça”. Quanto ao segundo ponto, os juízes e promotores confiáveis e corajosos o suficiente para não precisarem se esconder nas “esquinas da legislação” são poucos, ou melhor: são raros! O juiz Moro é, hoje, um caso de notoriedade, admiração e respeito única e exclusivamente por fazer o que deve ser feito e fazer o que a sociedade espera que se faça! Ele deveria ser um igual a todos os outros juízes, mas não! Ele é diferente pois é confiável e, em função disso, o judiciário mostra toda a sua fragilidade. Uma pena! Muitos pensavam que podiam, ao menos, confiar no Judiciário, já que no Legislativo e Executivo é impossível!

Será que, após o escancaramento deste caso emblemático da Kiss, o discurso da confiabilidade precisa ser modificado? Será que o presidente francês estava certo quando afirmou que “o Brasil não é um país sério?” Será que o Judiciário está tão comprometido (em acordos e negociatas) quanto o Legislativo e o Executivo? O estrago, na verdade, já está feito, pois basta que haja “suspeita” para que o crédito de uma instituição tão importante como o Judiciário fique abalada. Para muitos, o Judiciário era a última boia de salvação e o último guardião da civilidade local. Agora, no entanto, é preciso recorrer à organismos internacionais. Que a OEA nos salve!